



5483 - Pôster - 39ª Reunião Nacional da ANPEd (2019)  
GT09 - Trabalho e Educação

O movimento Escola sem Partido e o contexto de precarização do Trabalho Docente no Brasil  
Lucas Felicetti Rezende - FAE - Faculdade de Educação da UFMG  
Agência e/ou Instituição Financiadora: CNPq

**Título do projeto:** O movimento Escola sem Partido e o contexto de precarização do Trabalho Docente no Brasil

**Resumo:** O Brasil passou por uma reestruturação econômica de caráter neoliberal na década de 1990. Esta mudança impactou nas relações de trabalho, em especial, no trabalho docente. O trabalho docente passou por processos de desprofissionalização e perda de autonomia e foi submetido a um maior controle sob os interesses das elites, instituindo-se, assim, um contexto de precarização do trabalho docente. Ao longo dos anos, com a manutenção desta estrutura precária de labor, ganhou destaque na esfera pública nacional, na década de 2010, o movimento Escola sem Partido, que, em linhas gerais, luta contra uma suposta “doutrinação ideológica” nas escolas e propõe um maior controle sobre a autonomia docente e a liberdade de ensino. Assim, esta pesquisa em andamento busca compreender como o movimento Escola sem Partido e suas ideias se inserem nesse pré-existente contexto de precarização da docência no ensino básico público. A metodologia será baseada na análise documental de Projetos de Lei relativos ao movimento Escola sem Partido, seu referido sítio eletrônico e entrevistas semiestruturadas com docentes.

**Palavras-chave:** Escola sem Partido; Trabalho docente; precarização; autonomia.

## 1. Introdução

A década de 1990 trouxe, para além do emergir de um vindouro milênio, diversas transformações para a configuração econômica do Estado brasileiro. Mudanças rumo a um paradigma econômico neoliberal impactam na organização das formas de trabalho, em razão de que estas atendam a fins produtivos dos interesses do capital. Uma lógica empresarial de competência e eficiência passa a se consolidar para um trabalhador em regime de labor flexível e de baixa autonomia, seja na esfera pública ou privada (FRIGOTTO, 2010; LUDKE; BOING, 2004).

Neste cenário, consolidou-se no Brasil, a partir das reformas neoliberais da década de 1990, um contexto de precarização do trabalho docente. Baseada em uma lógica de mercado, enfatizando a produtividade e redução de custos, a precarização do trabalho docente é frequentemente remetida “à baixa-remuneração; à desqualificação e fragmentação do trabalho do professor; à perda real e simbólica de espaços de reconhecimento social; à heteronomia crescente e ao controle do professor em relação ao seu trabalho” (MANCIBO, 2007, p. 470).

Compreendendo-se autonomia como “[...] condição de participar da concepção e organização de seu trabalho” (OLIVEIRA, 2004, p. 1132), percebe-se que a limitação da autonomia do trabalhador é reflexo de um modelo de gestão do trabalho direcionado à contenção de gastos (RODRIGUES, 2006). Ou seja, nesta lógica de precarização da docência limita-se a autodeterminação da categoria, a partir de regulação estatal imbricada em valores mercadológicos, coibindo a autonomia de exercer o labor fora de um espectro voltado para a reprodução do capital e dos valores e das elites.

Em consonância com a tendência de heteronomia sob a determinação do trabalho docente e de um controle cada vez mais rígido sob a atuação dos professores, tem ganhado força no cenário político nacional o movimento Escola sem Partido (ESP). Fundado em 2004, pelo advogado paulista Miguel Nagib, o movimento denomina-se como uma “iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao superior” [1].

O argumento do movimento é de que o sistema educacional nacional foi contaminado pela esquerda e movimentos sociais progressistas e que estes impõem suas pautas aos alunos, doutrinando-os para fins fisiológicos, por meio de professores militantes “infiltrados” nas escolas. Neste contexto, segundo suas proposições, deve-se lutar para que a escola não seja espaço de imposição ou discussão político-ideológica, mas de transmissão de conteúdos “neutros”, de modo que os alunos, principalmente os do ensino básico, não sejam influenciados (PENNA, 2017).

Tendo como ponto inicial as explanações acima expostas e entendendo como objeto de pesquisa o movimento Escola sem Partido, esta investigação fundamenta-se pela busca de uma maior compreensão no que concerne a relação deste movimento com o panorama socioinstitucional de precarização do trabalho docente no Brasil. Assim, busca-se, com esta pesquisa em andamento, responder à pergunta: *como o movimento Escola sem Partido e suas proposições defendidas se inserem no contexto de precarização do trabalho docente no ensino básico público brasileiro?*

## 2. Precarização do Trabalho Docente: controle de autonomia para fins econômicos

Ponto nevrálgico para se compreender a precarização do trabalho docente e a heteronomia da docência, é a discussão sobre profissionalização. Oliveira (2004) evidencia a profissionalização como o reflexo de uma posição social que garante a preservação de um estatuto profissional garantidor da autorregulação pelos profissionais da área. Assim, a

perda de autonomia do docente – unida a outros processos, como a flexibilização e a perda de identidade profissional – impacta na perda de controle do processo de realização do trabalho, condição que aliena o trabalhador e o expõe a uma estrutura de proletarização da docência. Ludke e Boing (2004) afirmam não haver consenso quanto à existência de uma “profissão docente”, dado a inúmeros fatores que a fragmentam e precarizam.

Apple (2003), ao atentar-se a respeito das múltiplas forças da direita que, em aliança, lutam pela imposição de seus interesses e valores na educação, percebe a confluência de ideias neoliberais de flexibilização do trabalho com uma perspectiva de contenção da autonomia docente. Para fins da construção de uma hegemonia política e poderio econômico na educação, segundo o autor, essas elites têm favorecido o:

[...] crescimento da regulamentação estatal no que diz respeito aos professores. Tem havido uma guinada cada vez maior da ‘autonomia permitida’ para a ‘autonomia regulamentada’ à medida que o trabalho dos professores torna-se extremamente padronizado, racionalizado e ‘policidado’ (APPLE, 2003, p. 62).

### 3. Escola sem Partido: interesses convergentes

Ao se ater sobre a genealogia do Escola sem Partido, Miguel (2016) percebe que forças militantes antimarxistas, precursoras do movimento, viram grande oportunidade ao se atrelarem a poderosas vertentes liberais e fundamentalistas religiosas, aumentando exponencialmente a ressonância de seus discursos conservadores na última década. Frigotto (2017) evidencia a lógica implícita das ações promovidas pelo ESP, configuradas para a sustentação do lucro de grandes grupos econômicos e criminalização de grupos contrários, em prol da manutenção de *status quo* de dominação.

O ESP busca a hegemonia política de suas bandeiras. E essa busca repousa num insuflar da desconfiança, desqualificação e promoção de ódio aos trabalhadores docentes. Propõe-se, a partir de Projetos de Lei (PL), um forte controle à atuação profissional dos docentes e os coloca sob constante vigília e medo. Controle este que denota a lógica mercantil de conformação e retirada de autonomia dos docentes para um melhor e mais fácil aproveitamento econômico de seus trabalhos (PENNA, 2016, 2017).

A construção de uma ordem hegemônica, para além do aumento do poderio econômico, é objetivo de grupos conservadores na educação (APPLE, 2003). Fundamentam-se, assim, as constantes imposições contrárias à liberdade de atuação dos professores no construir de um currículo democrático e emancipatório, para fins de dominação destes grupos, por via das estruturas escolares. Por conseguinte, tende-se a promover “[...] ataques cada vez mais diretos ao currículo escolar – e aos professores –, por seu viés supostamente antifamília e antilivre empresa, por seu ‘humanismo secular’, sua falta de patriotismo e sua negligência em relação aos ‘valores’ e à ‘tradição ocidental’” (APPLE, 2000, p. 155).

### 4. Metodologia

O norte metodológico para a construção desta pesquisa se baseará em dois momentos: análise documental e legal; e entrevistas semiestruturadas. No primeiro momento, serão analisados, por meio de análise de conteúdo, os já arquivados PLs da Câmara dos Deputados 7180/2014 e seus apensados (7181/2014, 867/2015, 6005/2016, 1859/2015, 5487/2016, 8933/2017 e 9957/2018), avaliados pelos deputados enquanto um único grande Projeto referente ao Escola sem Partido, e o atual PL 246/2019, em busca de reconhecer pontos relativos à heteronomia do trabalho docente. Também será analisado o sítio eletrônico do movimento, dado a sua importância para se entender a cronologia de suas ações e crescimento. Por fim, serão realizadas entrevistas semiestruturadas com docentes da educação básica pública sobre aspectos concernentes a sua autonomia e a influência do ESP nessa.

### 5. Considerações Finais

Pelos argumentos sustentados até este ponto, percebe-se certas confluências em aspectos que sustentam as dinâmicas sociais, econômicas e políticas do contexto de precarização do trabalho docente e do movimento social/programa político Escola sem Partido. Contudo, mais análises são necessárias a fim de alçar os objetivos propostos. Assim, esta pesquisa justifica-se pela necessidade de compreender tal movimento, em suas mais ínfimas nuances, por ele ser, como denomina Penna (2017), “chave de leitura” para o contexto atual da educação nacional.

### 6. Referências Bibliográficas

APPLE, Michael. **Educando à Direita**: Mercados, Padrões, Deus e Desigualdade. São Paulo: Cortez, 2003.

APPLE, Michael. **Política cultural e educação**. São Paulo: Cortez, 2000.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A gênese das teses do Escola sem Partido: a esfinge e o ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Escola “Sem” Partido**: Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Laboratório de Políticas Públicas da UERJ, 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/m5yTWv>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e formação humana: ajuste neoconservador e alternativa democrática. In: GENTILI, P. A. A.; SILVA, T. T. (Orgs). **Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação**: visões críticas. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

LUDKE, Menga; BOING, Luis Alberto. Caminhos da profissão e da profissionalidade docente. **Educação e Sociedade**, Campinas - SP, v. 25, n.89, p. 1159-1180, 2004. Disponível em: <<https://bit.ly/2LMlyz2>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

MANCEBO, Deise. Agenda de pesquisa e opções teórico-metodológicas nas investigações sobre trabalho docente. **Educação e Sociedade**, Campinas - SP vol. 28, n. 99, p. 466-482, 2007. Disponível em: <<https://bit.ly/2LDcOND>>. Acesso em: 29 jun. 2018.

MIGUEL, Luís Felipe. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero”: Escola Sem Partido e as leis da mordida no parlamento brasileiro. **Direito & Praxis**, vol. 7, n. 3, p. 590-621, 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/2LUzCIS>>. Acesso em: 03 mai. 2018.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. A Reestruturação do Trabalho Docente: precarização e flexibilização. **Educação e Sociedade**, Campinas - SP, v. 25, n.89, p. 1127-1144, 2004. Disponível em: <<https://bit.ly/2KcagQG>>. Acesso em: 28 jun. 2018.

PENNA, Fernando de Araújo. O Escola sem Partido como chave de leitura do fenômeno educacional. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Escola "Sem" Partido**: Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Laboratório de Políticas Públicas da UERJ, 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/m5yTWv>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

PENNA, Fernando de Araújo. O ódio aos professores. In: **A ideologia do movimento Escola Sem Partido**: 20 autores desmontam o discurso. São Paulo: Ação Educativa, 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/x2Sjyt>>. Acesso em: 07 mai. 2018.

RODRIGUES, Maria de Lurdes. As profissões e a democracia. **Pro-Posições**, Campinas - SP, v. 17, n. 1 (49), p. 269-280, 2006. Disponível em: <<https://bit.ly/2OulBxV>>. Acesso em: 28 jun. 2018.

[1] Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/quem-somos/>>. Acesso em: 20 jul. 2018.